Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano V nº 102
31/8/2000 a 16/9/2000
Contribuição R$ 1,50

Opinião SOCIALISTA

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA

CONTRA A RAPINA E O FMI, DIGA

Entre os dias 2 e 7 de setembro será realizado o Plebiscito da Dívida Externa. Trabalhadores e o povo poderão votar e dizer um não ao pagamento das dívidas externa e interna e ao acordo com o FMI. Governo teme campanha contra dívida e mente nos números. Mas a sangria este ano pode consumir mais de US$ 70 bi. Participe e organize o plebiscito na sua categoria, bairro, escola e universidade. Pgs. 7, 8, 9 e 10

WLADIMIR SOUZA

COLÔMBIA

Intervenção comandada pelos EUA pode estar próxima Pg. 15

ELEIÇÕES

Campanha do PSTU cresce com televisão e rádio Pg. 4 e 5

7º CONCUT

Fora FHC é aprovado mas Articulação mantém maioria pg. 6

RENATO BENVENUTTI

MARXISMO

60 anos da morte de Leon Trotsky
pg. 13

TEATRO

A *Comédia do Trabalho* denuncia e diverte Pg. 11

ESPAÇO ABERTO

Publicamos abaixo alguns trechos do manifesto do MST aprovado em seu Congresso.

Manifesto do MST ao povo brasileiro. Nosso país vive numa grave crise. Mas está crise não atinge a todos. Os mais ricos continuam ganhando muito dinheiro, explorando.

Mas, desde 1994, com a política neoliberal do governo FHC, os problemas se agravaram ainda mais.

Esta política econômica representa apenas os interesses dos bancos e das empresas multinacionais. A estas, o governo garante altas taxas de juros, mercado e ajuda financeira. Basta dizer que, no ano passado, o governo gastou 64% do orçamento da união em pagamentos de juros das dívidas interna e externa.

Na agricultura, a situação é ainda mais grave. O governo FHC quer "modernizar" o meio rural dando estímulos somente às grandes fazendas exportadoras; entregando o controle do mercado agrícola para as empresas multinacionais; e permitindo às agroindústrias controlar o abastecimento de alimentos.

O mais grave, para favorecer a exploração e especulação sobre os pequenos agricultores e consumidores, o governo acabou com os estoques reguladores de alimentos. Estes também são monopolizados pelas agroindústrias multinacionais. A população é refém da ganância desses grupos.

Nosso país tem jeito?

Nós respondemos que sim. Mas será necessário que o povo brasileiro se levante, se organize e vá para as ruas, para lutar por seus direitos históricos. É possível, sim, construir um outro projeto para o Brasil. Um Projeto Popular, voltado para as necessidades do povo. Vamos precisar de mudanças radicais. É preciso impedir que os bancos, as multinacionais e os ladrões do povo continuem enriquecendo. É preciso suspender o pagamento da dívida externa. É preciso controlar o sistema financeiro e a taxa de juros. É preciso determinar que os bancos usem o dinheiro para financiar a produção, e não a especulação. É preciso renegociar a dívida interna e priorizar o orçamento público em educação, saúde e agricultura. Retomar as rédeas da política econômica, para que seja administrada por brasileiros em favor do nosso povo, rompendo o acordo com o FMI. É preciso implementar uma reforma agrária, associada com um novo modelo agrícola, que garanta renda aos agricultores e futuro para quem vive no meio rural.

Os próximos meses e anos serão decisivos para o futuro de nosso país. Ou recuperamos a nossa soberania ou seremos condenados a ser uma nova colônia do governo dos Estados Unidos, que está de olho até em nossa Amazônia.

Por isso, como um movimento social dos trabalhadores rurais sem terra, nos comprometemos, e conclamamos a todas as organizações do povo brasileiro, a organizar-se e lutar por essas mudanças.

Precisamos exigir a instalação de uma CPI para apurar os casos de corrupção, que envolvem altas autoridades do governo. Propomos que todos se engajem no plebiscito popular contra o pagamento da dívida externa, a ser realizado nas semana da Pátria, de 2 a 7 de Setembro. Precisamos derrotar esse governo e os ricos nas próxima eleições, e eleger candidatos progressistas que estejam realmente comprometidos com o Projeto Popular.

Um forte e solidário abraço.

Delegados do 4º Congresso Nacional do MST

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

Renato Benvenutti

Plenário do 7° Concut realizado entre os dias 15 e 19 de agosto em Serra Negra, São Paulo, com a presença de 2.300 delegados. O Congresso aprovou o Fora FHC, mas a Articulação Sindical manteve maioria absoluta na direção da Central.

O QUE SE DISSE

"A corrupção está mais ousada."

Frase do discurso de FHC quando anunciou no último dia 21 o seu pacote anti-corrupção. A cara de pau, sem dúvida, é que está cada vez mais ousada.

"É o 'Viva Rico', faz abraço na Lagoa Rodrigo de Freitas e bota a polícia para distribuir flores à população. Na favela, a polícia distribui tiros."

André Fernandes, organizador do movimento contra a violência da polícia nas favelas do Rio de Janeiro, critica o movimento "Viva Rio". No jornal *Folha de S.Paulo*, em 20/8/2000.

"Consiste no convite e na presença de Collor, cujo partido não tem representação na Câmara dos Deputados, e na ausência de igual convite para os demais candidatos em igual situação, configurando tratamento privilegiado, vedado pelo inciso 4º do artigo 45 da Lei 9504/97."

Trecho do despacho do juiz da 1ª Vara Eleitoral de São Paulo, José Nogueira Junior que cancelou o debate na Rede Bandeirantes no último dia 21.

"Que fique claro: haverá paz, mas antes haverá guerra."

General Fernando Tapias, comandante do Exército da Colômbia dizendo ser inevitável a guerra no país e a disposição do seu governo (e dos EUA) em acabar com as Farc.

"Se eles colocarem o Plano Colômbia em prática, terão o pior conflito que esse país já viu. E nós estamos prontos para ele."

Raul Reys, dirigente das Farc responde a ameaça do exército colombiano. Ambas declarações em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo, 20/8/2000.*

"A terceira via surgiu por iniciativa de Bill Clinton, em seguida ganhou dimensão maior com Tony Blair, quando ele assumiu na Inglaterra. Resumindo, é a aplicação de regras ortodoxas na economia, sem deixar de lado uma importante ênfase social. Na Inglaterra, o Tony Blair fez isso. Continuou a política ortodoxa de Margaret Tatcher e misturou essa política ortodoxa, contrariamente ao que faziam os conservadores, com uma preocupação com o social."

Rubens Barbosa, embaixador brasileiro em Washington, em entrevista à revista *Carta Capital* nº 129. Uma declaração que pode ser melhor traduzida como: terceira via é neoliberalismo com demagogia.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Loefgreen, 909 Vila Clementino - São Paulo-SP CEP 04040-030. Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

As eleições, o Fora FHC e o festival de demagogia

As eleições municipais se impuseram como o centro da conjuntura. A operação abafa do governo em torno o caso EJ/Lalau deu certo, ao menos temporariamente.

Bem sucedido no caso EJ/ Lalau, o governo – e todos os partidos governistas – partiram para a municipalização da campanha eleitoral. De outro lado vive-se um esforço concentrado de propaganda enganosa de FHC em torno de uma "agenda positiva" e, claro, na pauta comandada pelo governo também consta o ataque aos procuradores do Ministério Público.

Mas nem tudo são flores para o governo. Seu desgaste continua praticamente inalterado, afinal, para os debaixo a vida segue um inferno com o agravante do aumento da inflação. Os de cima, no entanto, estão lucrando bastante e há inúmeras negociatas à vista, cujo árbitro das mesmas é o governo: como a questão da regulamentação do capital estrangeiro para empresas de comunicação e outras "coisinhas" mais. E joga-se, aqui e agora, também a sucessão presidencial de 2002. Mas mesmo tentando manter todo noticiário "positivo", o governo as vezes derrapa, começa a andar de sapato alto e confessa seus planos: aumento de 8 reais para o mínimo no próximo ano – reajuste abaixo da inflação -, volta do ataque aos inativos, confisco do FGTS do trabalhador, etc, etc.

O desgaste do governo tem tradução eleitoral e dá conta de que, conforme as pesquisas, a oposição é maioria em número de eleitores. De 65 cidades pesquisadas, segundo levantamento do *DataFolha*, o PSDB está na frente em cinco capitais, que totalizam 1,2 milhão de eleitores e o PT em três, que totalizam 8,9 milhões. No total de cidades contando todos partidos governistas, eles estão na frente em 37 cidades, totalizando 17,7 milhões de votos e os que se reivindicam de oposição a FHC estão na frente em 32 cidades, que totalizam 18,5 milhões.

Porém, a oposição – sobretudo o PT – tem sucumbido à municipalização das campanhas e de outro lado não aposta nenhuma ficha na mobilização de massas.

Isso, associado ao desgaste da institucionalidade, tem feito com que a campanha eleitoral até agora esteja morna. Em cidades como São Paulo, por exemplo, ainda é grande a apatia do povo.

Evidentemente, a polarização tende a crescer. Mas sem as massas nas ruas e sem um eixo de oposição pra valer, fica facilitado o caminho para o festival de demagogia que têm apresentado os candidatos burgueses. O PT, infelizmente, não faz uma campanha muito diferente dos outros candidatos: limita-se a uma campanha propositiva em torno de medidas sociais compensatórias.

O espaço e as condições objetivas para dar uma surra no governo estão dados, porém os maiores partidos de oposição não querem jogar no ataque, mas na retranca.

Polarizar em setembro

Felizmente, a agenda dos trabalhadores tem dois ingredientes nas próximas semanas, que podem dar um colorido para polarizar em certa medida a conjuntura contra o governo: o Plebiscito da Dívida Externa e as campanhas salariais.

A campanha eleitoral em torno do Fora FHC e o FMI e ao serviço das lutas e do plebiscito da dívida que vem fazendo o **PSTU** em todo país, tem tido audiência e impacto. E, sem dúvida, é uma tarefa decisiva ligar as criaturas com o criador, pois os candidatos governistas se escondem do governo, posam de síndicos independentes. E também é fundamental desmascarar a democracia dos ricos.

Como afirmam por todo o Brasil os candidatos do **PSTU**, nada vai mudar de efetivo nos municípios se o FMI, FHC e seus partidos seguirem governando o Brasil.

OPINIÃO

Dar um basta à corrupção

Ana Luíza Gomes,
coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de São Paulo e candidata à vereadora pelo PSTU

A população de São Paulo sente-se cada dia mais insultada com os inúmeros escândalos que surgem todos os dias em nosso Estado. No TRT-SP, o rombo provocado pelo juiz Nicolau dos Santos Neto – o Lalau — levou ao aumento dos sucessivos cortes de direitos trabalhistas, culminando com a retirada do auxílio-alimentação dos servidores a partir do mês de junho. Depois de cinco anos sem reajuste e trabalhando em condições de absolutamente indignas os servidores da Justiça do Trabalho tiveram até 23% dos salários cortados, sem previsão para retomada do pagamento. Agora, as denúncias de superfaturamento na construção do prédio do TRT-SP se somam às suspeitas de tráfico de influência e favorecimentos que envolvem até o presidente da República.

Não bastasse isso, no último dia 6 de junho, a Justiça Federal do Estado concedeu a todos os juízes de São Paulo e Mato Grosso a incorporação "imediata e retroativa" a 1992 do auxílio-moradia – amplamente criticado por toda a opinião pública e até setores do próprio Judiciário. Pior, o auxílio foi concedido em apenas quatro dias sob o argumento de que teria caráter "alimentar". Por interferência do Ministério Público foi suspensa a ordem de pagamento, mas o processo ainda será julgado definitivamente e não está claro que os magistrados não vão receber tal benefício. Até porque outros poderes já obtiveram esse privilégio. Por isso seguimos questionando a legitimidade do auxílio.

A crise social em nosso país chegou ao ponto em que está devido a esse tipo de postura. Com toda razão a população olha com descrédito para o parlamento, a Justiça e demais poderes.

Não é possível seguir assistindo a todos esses descalabros sem uma manifestação contrária contundente. A fuga do juiz Nicolau dos Santos Neto, o envolvimento de Luiz Estevão, Eduardo Jorge e da Presidência da República no escândalo do TRT-SP não podem continuar impunes. Todos os responsáveis têm de ser punidos e o dinheiro devolvido aos cofres públicos. É preciso dar um basta em toda essa corrupção. A população não agüenta mais pagar a conta.

DENÚNCIA

Violência contra gays e lésbicas

Wilson H. Silva,
da redação

O mesmo país que assistiu, em 28 de junho, uma das maiores marchas do Orgulho Gay e Lésbico realizadas em todo mundo (reunindo mais de 100 mil pessoas em São Paulo) tem sido palco de crescente onda de violência e perseguição contra homossexuais.

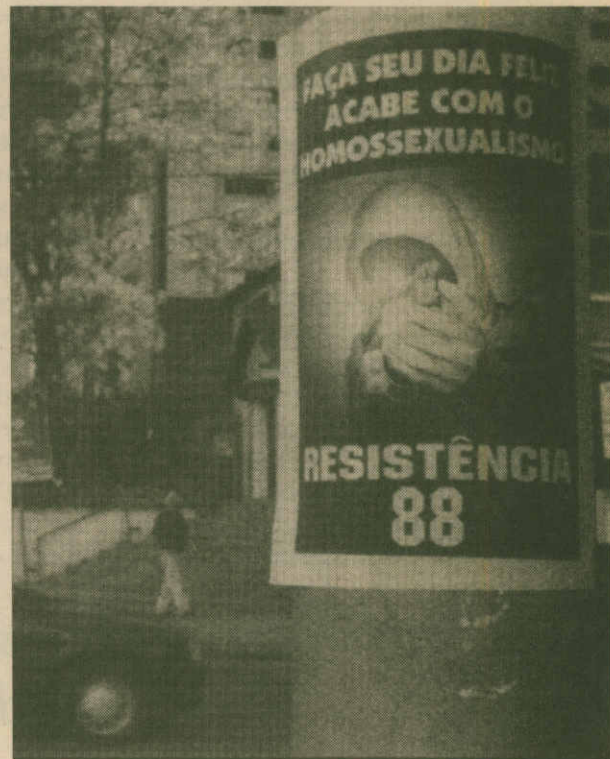
Os lamentáveis informes chegam de todos os lados, de norte a sul do país:

No Rio, travestis têm servido, literalmente, como alvo para gangues de lutas de "artes marciais" e animais da mesma raça que saem à noite disparando neles.

No Recife, Rogério Manoel de Oliveira, de 21 anos, e um amigo não identificado foram barbaramente assassinados (com tiros a queima-roupa) ao saírem de um terreiro de Xangô.

Em Gravataí, no Rio Grande do Sul, o auditor de qualidade Gilberto Biezek foi demitido da General Motors após sofrer uma violenta perseguição por parte de seus superiores.

Em Manaus, dois adolescentes foram expulsos da Escola Estadual Desembargador André Vidal de Araújo "acusados" de terem se beijado em público. Para "justificar" a expulsão, o diretor Erison Galvão afirmou: *"Foi indisciplina. O beijo na boca foi um pingo d'água em uma situação insustentável. Eles estavam ofendendo a congregação de professores e alunos"*.

Em São Paulo, na noite do dia 14 de agosto, Armando Aparecido dos Santos foi assassinado com cerca de 15 golpes de faca, num crime que tem todos indícios dos chamados "crimes de ódio".

Cartaz contra homossexuais em Curitiba

Em Curitiba um grupo chamado "Resistência 88" empastelou a cidade com um cartaz que diz: "Faça seu dia feliz, acabe com o homossexualismo". O cartaz mostra um sujeito encapuzado mirando uma pistola automática.

A única forma de combater estes ataques é a pressão e a luta. Por isso, conclamamos todos os sindicatos, entidades estudantis e organizações políticas a divulgarem estes informes e manifestarem seu repúdio.

Chega de preconceito! Abaixo a discriminação!

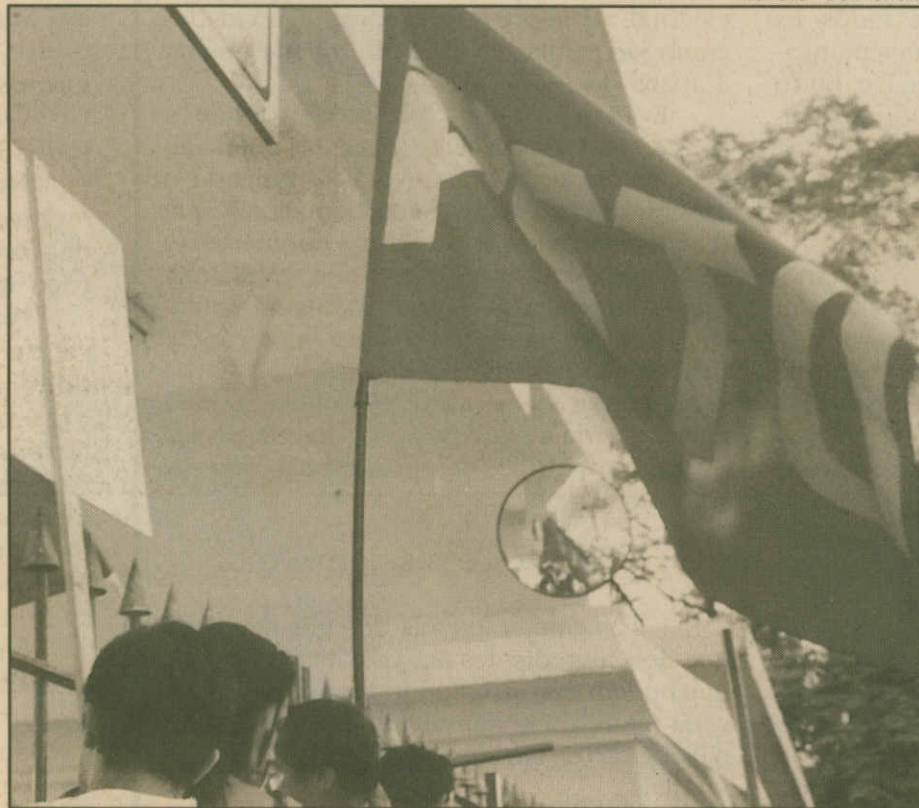
Campanha na TV incomoda poderosos

Luciana Araujo,
da redação

Desde o início do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, o **PSTU** tem usado o seu espaço em todo o país para denunciar o governo FHC e todas as maracutaias ocorridas em nível nacional que envolvem desde os políticos locais até o governo federal.

No Rio de Janeiro, o **PSTU** vem parodiando o programa global *No Limite*, com a equipe do povo enfrentando a equipe dos poderosos. O primeiro eliminado foi FHC, que já passou dos limites há muito tempo, arrochando os trabalhadores, entregando o país aos agiotas do FMI e tentando abafar os inúmeros escândalos nos quais se envolveu desde o primeiro mandato.

Em São Paulo, além das denúncias das maracutaias de FHC e seus aliados, o **PSTU** também tem relembrado à população da capital que o criador de Celso Pitta, Paulo Maluf, se for eleito vai continuar a implementar a política dos oito anos de malufismo que geraram mais desemprego, corrupção e mazelas sociais na capital paulista. O "xerife" Tuma também não foi esquecido e o partido faz questão de lembrar o que o pefelista tenta fazer a população de São Paulo esquecer que ele, Tuma, é amigo de Lalau, o juiz foragido.

Um dos resultados práticos da campanha do partido na mídia eletrônica é que ela começou a incomodar FHC, os grandes partidos e candidatos burgueses. Mesmo com o parco tempo de TV, não mais que 1 minuto e meio em todo o país em média, estão chovendo pedidos de cassação do tempo do partido e de direitos de resposta.

Renato Benvenutti

Em São Paulo, o primeiro a fazê-lo foi Maluf. Ele pediu a retirada do programa do **PSTU** do ar porque o partido denunciou o candidato como "farinha do mesmo saco" de FHC, Lalau e cia. Até agora, Maluf já entrou com oito processos contra o **PSTU.** Além disso, vem defendendo que apenas os partidos com representação na Câmara dos Deputados tenham acesso ao tempo no horário eleitoral gratuito. Tuma também já entrou com uma ação contra o programa do partido na TV.

No Ceará, o governador Tasso Jereissati conseguiu direito de resposta no programa do partido no último dia 21. O pedido de resposta referia-se aos programas veiculados nos dias 16 e 18 de agosto, quando o **PSTU** denunciou as transações envolvendo o Banco do Nordeste e as empresas do governador, utilizando matéria da revista *Isto É*. O programa dizia: "*Isto É denuncia: jorrou dinheiro nas empresas de Tasso Jereissati*". Os poderes de Tasso no Ceará já haviam feito sumir das bancas a edição da *Folha de S.Paulo* que denunciou a quebra do BEC, agora, fez sumir a edição de *Isto É* e conseguiu o direito de resposta ao **PSTU** por ter divulgado o que ele não queria que viesse a público no Ceará.

Em Campina Grande, na Paraíba, o candidato peemedebista Cássio Cunha Lima também entrou com pedido de direito de resposta por causa da reivindicação do **PSTU** de apuração da CPI da Finor. O pedido ainda não foi julgado.

Como se pode ver, a campanha do **PSTU** está incomodando. E esse é exatamente o objetivo do partido. Incomodar e denunciar os responsáveis pelo desmonte que o país vem sofrendo.

FHC perde em Porto Alegre

Em Porto Alegre, o presidente da República tomou a frente de seus aliados e tentou cassar o PSTU, mas não teve sucesso. FHC entrou com processo na 2ª Zona Eleitoral de Porto Alegre, no dia 20 de agosto passado, pedindo a retirada do programa do partido do ar.

Para Fernando Henrique, o partido estaria difamando-o e isso justificava a cassação do programa do candidato a prefeito Júlio Flores. O juiz eleitoral, Ítalo Pagano Cauduro Júnior, no entanto, fez o seguinte despacho ao julgar improcedente o pedido de FHC: *"A meu ver, o partido procurou passar as seguintes idéias: que a política econômica implementada pelo Governo Federal favoreceu aos grandes capitais; que a economia brasileira está equivocadamente atrelada ao Fundo Monetário Internacional — FMI; que essa política somente poderá ser interrompida com a troca de seu gestor; que o presidente deve renunciar ou ter seu mandato cassado; que os problemas dos trabalhadores de Porto Alegre têm origem nessa mal elaborada política, nada podendo ser modificado em nível municipal! Não é mais do que isso. Ora, essas afirmativas, ainda que permeadas de aspereza a agressividade, não transpuseram a barreira da crítica política para ofensa pessoal"*. (L.A.)

PARAÍBA

Direção do PT ainda quer tirar PSTU do ar

Valdemar Soares,
de João Pessoa (PB)

Na capital da Paraíba a direção do PT tentou diversas vezes cassar o tempo do PSTU no rádio e televisão. Não conseguiram e foram obrigados a receber duras críticas da vanguarda pessoense. Caso tivessem conseguido seu intento, o prefeito Cícero Lucena, do PMDB, pularia dos atuas 20 minutos para 22 minutos. Desta forma, a direção do PT não deixa claro qual a sua real intenção com a candidatura do deputado estadual do PT Luis Couto à prefeitura.

Novas tentativas

Não bastasse esta perseguição inicial, agora a direção do PT, através dos seus três vereadores e diretórios, entrou com cinco pedidos de direito de resposta. O primeiro pedido pelo fato de o PSTU ter denunciado a tentativa de cassação de tempo feita pela direção do PT. O PSTU colocou no ar um vídeo com uma pessoa amordaçada, referindo-se a perseguição da direção do PT. Eles não gostaram e agora querem direito de resposta.

Os outros quatro pedidos são contra a candidatura do professor Hipolito à vereador. O programa de Hipolito denunciou a concessão dada às empresas de ônibus para continuarem explorando as atuais linhas por mais vinte anos!

A votação foi por unanimidade! Segundo os vereadores do PT, eles não votaram a favor e sim "cochilaram" e deixaram de votar.

Para Alexandre Arruda, candidato a prefeito de João Pessoa pelo PSTU, a direção do PT está preocupada com o crescimento de sua campanha: "há uma grande insatisfação na base petista com os rumos de seu partido. Em Campina Grande estão aliados com Cássio Cunha Lima, candidato à reeleição e que está sendo investigado pela CPI do FINOR, devido a irregularidades quando da sua gestão à frente da SUDENE. Em João Pessoa, o PSTU vem batendo de frente em Cícero, Maranhão e FHC e isto está chamando a atenção da vanguarda petista".

ERRAMOS: Ao contrário do que foi publicado na última edição do Opinião Socialista (nº 101) o professor da Universidade Federal da Paraíba, Alter Júlio, foi uma das pessoas que participaram do ato em defesa da candidatura do PSTU na Paraíba e é um dos apoiadores da campanha.

Atividades de rua, participação em lutas e TV marcam campanha

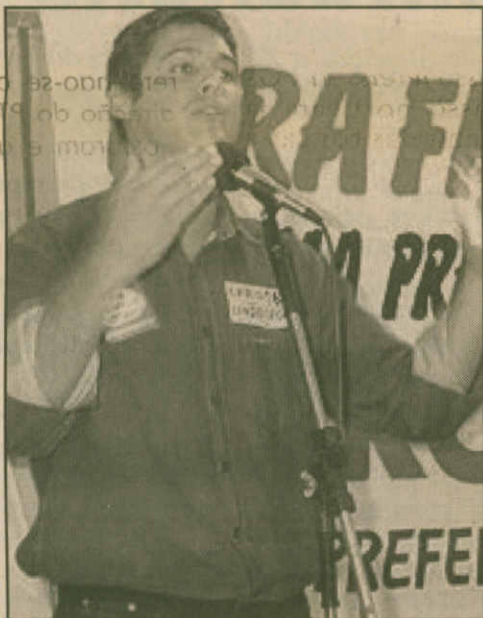
Campanha do PSTU está a todo vapor

Luciana Araujo,
da redação

No último dia 27 de agosto, o candidato a prefeito pelo **PSTU** no Rio, Cyro Garcia, denunciou uma série de irregularidades da atual prefeitura, comandada pelo pefelista Luiz Paulo Conde, durante debate entre os candidatos realizado na Rede Bandeirantes de Televisão. O centro das denúncias foram o corte de verbas nas áreas de educação e saúde e o aumento de mais de 3000% em gastos com publicidade. Em 1999, Conde gastou 13,2 milhões de reais em anúncios publicitários. No ano anterior, os gastos com publicidade foram de 406 mil reais. O **PSTU** no Rio vai entrar com uma representação junto ao Ministério Público, para apurar uso da máquina da Prefeitura pública na campanha de Conde. Além disso, a dívida pública da prefeitura saltou de 3,3 bilhões, em 96, para 4,6 bilhões de reais em 1999, mais do que o Orçamento de 1999 que foi de R$ 4,3 bilhões. Ou seja, a prefeitura do Rio está falida. O debate ficou bastante acirrado depois das denúncias colocadas pelo partido.

A campanha no Rio está sendo assim. Muitas atividades de rua, panfletagens semanais em locais de grande concentração popular como o terminal ferroviário da Central do Brasil, as estações do metrô do centro da Cidade e a Praça Saens Peña (zona norte). Nessas atividades, mais de 200 mil panfletos já foram distribuídos e a imagem das candidaturas do partido também estão sendo exploradas em 53 *outdoors* espalhados na cidade, onde o slogan *"Dê o troco a FHC, vote 16!"* é divulgado.

Cyro Garcia

Os candidatos do **PSTU** também têm participado de atividades de mobilização de categorias e movimentos populares. No dia 29 passado, Cyro Garcia e Lindberg participaram de um ato contra a violência policial em lembrança aos sete anos da chacina de Vigário Geral, que reuniu cerca de 600 pessoas numa passeata que foi da Candelária à Central do Brasil, no Centro da cidade. Dentre os partidos de esquerda no Rio, apenas o **PSTU** participou da atividade.

Lindberg Farias

No dia 30, mais uma vez Cyro e Lindberg participaram da manifestação contra a audiência pública onde seria votado o edital de privatização das áreas de distribuição de serviços de água e esgoto da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio) em Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio (zona Oeste). Cerca de 300 pessoas, entre elas parlamentares e candidatos dos partidos de oposição ao governo federal no Rio participaram do ato. Um representante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto foi detido e várias pessoas foram feridas pela PM, que reprimiu o ato. No entanto, o ato, onde Lindberg e Ronaldo Moreno (dirigente da CUT-RJ e militante do **PSTU**) foram linha de frente, foi vitorioso e conseguiu o adiamento da audiência pública.

O centro político da campanha é o governo FHC. Nos primeiros programas do horário eleitoral gratuito, que têm parodiado o programa *No Limite*, da Rede Globo, o presidente foi logo expulso pela *Equipe do Povo*, por ter passado dos limites com sua política de arrocho, negociatas e submissão aos agiotas internacionais. *"Precisamos transformar estas eleições num plebiscito contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Afinal, os problemas no Rio de Janeiro são conseqüência direta dos erros do governo federal. Desemprego, salários baixos, juros altos, educação e saúde em estado precário, são frutos da política de FHC, que só ajuda os ricos. E a violência é filha destes problemas. Por isso, o povo do Rio de Janeiro não pode deixar que os candidatos de FHC ganhem estas eleições. Temos o desafio de mostrar ao presidente dos banqueiros e latifundiários, que é preciso romper os acordos com o FMI e parar de mandar o nosso dinheiro para o exterior. Este dinheiro precisa ficar aqui para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, aposentados e estudantes"*, afirma Lindberg.

Campanha aglutina apoiadores

A campanha do PSTU no Rio de Janeiro já cadastrou mais de 200 apoiadores em atividades de rua, por telefone e nos locais de trabalho e estudo onde têm sido feitas atividades. No próximo dia 5 de setembro vai ser realizada a plenária de lançamento do programa eleitoral do partido, que acontecerá na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), às 19 horas. Além disso, já estão marcadas uma festa (para o dia 15 de setembro) no Clube América (que fica na Tijuca, zona Norte da capital) e a plenária de boca de urna, que também será realizada na Uerj, no dia 30 de setembro. O objetivo dessas atividades é não só integrar todos os apoiadores nas atividades da campanha mas, principalmente, na boca de urna no dia das eleições.

Já existem vários comitês de apoiadores da campanha, como é o caso dos comitês de bancários, do Andaraí (bairro da zona Norte), da Zona Oeste e da Uerj. A atividade de lançamento da candidatura do Elias, também candidato a vereador e militante do movimento negro, reuniu cerca de 40 pessoas. O principal espaço da campanha, principalmente a de Lindberg, é na juventude onde o candidato ainda é identificado como o dirigente do "Fora Collor" e das lutas da juventude na época em que presidiu a UNE. (L.A.)

PELO BRASIL

Goiânia

O programa do Canal 16 (programa do PSTU no horário gratuito) tem destacado o pedido feito pelo partido à Justiça Eleitoral pela cassação da candidatura de Lúcia Vânia, do PSDB. O motivo é a utilização pela candidata de cenas produzidas para um comercial do Banco do Povo, veiculado em todas as emissoras do estado. Segundo Bianca, candidata a prefeita pelo PSTU, "não bastasse o absurdo do governo gastar a fortuna de mais de 500 mil reais na campanha demagógica do Banco do Povo, que reserva migalhas para os trabalhadores enquanto o próprio governo distribui milhões aos grandes empresários, a utilização dessa demagogia e da máquina pública para fazer campanha é um absurdo maior ainda".

Pernambuco

No Recife, o programa do candidato do PSTU à prefeitura, Joaquim Magalhães, lançou o bordão "Pé no bucho e mão na cara de FHC". No quadro, que faz uma sátira à polícia e leva o nome de Bandeira 16, os "elementos" Eduardo Jorge, Lalau, FHC e outros são denunciados. De maneira bem humorada, o partido pede a apuração de todos as maracutaias promovidas pelos denunciados na CPI do TRT-SP e a punição de todos os envolvidos.

São Luís

O Opinião Socialista nº 101divulgou que o candidato do partido à prefeitura da cidade é o estudante de economia Noleto. Na verdade, o candidato a prefeito é Marcos Silva. Noleto é candidato a vereador. Desculpem a nossa falha.

Articulação Sindical mantém maioria absoluta na Central

Congresso aprova Fora FHC e rejeita banco de horas

Fernando Silva,
da redação

Entre os dias 15 e 19 de agosto passado, 2.306 delegados participaram do 7º Congresso Nacional da CUT. Em relação as suas principais resoluções políticas o Congresso teve um saldo positivo. Aprovou entre outras resoluções, o Fora FHC e o FMI. De outro lado, a estratégia de parceira, negociações, não ruptura com a lógica capitalista/neoliberal da reestruturação produtiva foi mantida e a *Articulação Sindical (AS)* manteve-se como direção majoritária chegando a ampliar seu peso na direção (de 52% para 57%), em que pese sua crise interna expressa na existência de três candidatos dessa corrente à presidência da Central quando do início do Congresso. João Felício, da Apeoesp-SP e candidato do setor majoritário da *AS* foi eleito o novo presidente da CUT para um mandato de três anos.

Além do Fora FHC e o FMI, o 7º Concut aprovou a realização de uma campanha pelo fim do banco de horas e das horas extras e também pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. O Congresso referendou a participação da Central no Plebiscito da Dívida Externa e aprovou ainda um plano de lutas que parte das campanhas salariais de setembro.

Em relação ao debate do Sindicato Nacional Orgânico a resolução aprovada pode ser considerada positiva. O Sindicato Nacional Orgânico não foi aprovado como nova estrutura da CUT. E onde ele foi aprovado, no caso do Congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, o Sindicato Nacional apenas fica como sindicato filiado a CNM, sem prejuízo para os demais sindicatos metalúrgicos que podem continuar filiados a CNM sem estarem obrigados a adotar o modelo de sindicato nacional orgânico.

Estas resoluções podem ser explicadas pela crise da corrente majoritária que já vinha se arrastando há algum tempo, com divisões internas e disputas por peso no aparelho, que impediram que o conjunto do seu projeto original de resoluções fosse aprovado.

Esta crise foi contornada no Congresso em relação a disputa da presidência, já que em uma plenária interna da *AS* realizada durante o 7º Concut, João Felício, apoiado pelo setor metalúrgico, foi escolhido por 66% dos seus delegados como o candidato dessa corrente para a presidência da CUT. Os outros dois postulantes pela corrente eram o presidente do Sindicato dos Bancários João Vacari e Mônica Valente.

Na eleição da nova direção da entidade, a Chapa da *Articulação Sindical* obteve 56,88% dos votos. A chapa do *Bloco de Esquerda (Alternativa Sindical e Socialista*, **Movimento por uma Tendência Socialista**, *Articulação de Esquerda* e grupos regionais independentes) cujo candidato a presidente era Jorge Luís Martins, o Jorginho, ficou com 24,12%. A chapa da *Corrente Sindical Classista*, que propunha o metroviário Wagner Gomes como presidente, obteve 14,92% dos votos e a chapa da corrente *O Trabalho* ficou com 4,07% dos votos.

O *Bloco de Esquerda* entrou com 8 membros na nova Executiva Nacional da CUT, sendo três do **MTS** – o metalúrgico José Maria de Almeida, a previdenciária Junia Gouveia e o bancário Dirceu Travesso.

Renato Benvenutti

Plenário do 7º Concut durante uma das votações

Um passo atrás

Comissão Nacional de Mulheres do MTS

O 7º Concut deixou para trás uma discussão vital para a classe trabalhadora: a melhor forma de lutar contra a situação da mulher trabalhadora e sua organização dentro dos sindicatos e da CUT. Mesmo com cinco dias para fazer as discussões, a direção da CUT, por meio da Articulação Sindical, alegou falta de tempo para tratar desse tema, que é tão importante e que afeta quase a metade de toda a classe trabalhadora.

Como conseqüência da globalização da economia, a classe trabalhadora enfrenta o desemprego estrutural e uma ampliação do setor de serviços, setor de terceirizados e trabalhadores informais e temporários, sem vínculo empregatício definidos.

Os salários estão cada vez mais baixos, e a diferença salarial entre homens e mulheres chega a 76% a mais para os homens. As mulheres representam 45,14% dos desempregados.

Diante deste quadro, a CUT não pode se omitir. Fazemos um chamado a todas as correntes cutistas a se posicionarem contra essa postura na Central e pressionar para que, realmente, na próxima Plenária a discussão sobre a situação da mulher trabalhadora seja feita.

"Resultado do Concut foi contraditório"

José Maria de Almeida, o Zé Maria, do MTS e do ***PSTU*** *fala ao* ***Opinião Socialista*** *sobre o 7º Concut.*

OS – Qual é a sua primeira avaliação dos resultados do 7º Concut?

Zé Maria – O congresso teve um resultado contraditório. As resoluções políticas foram positivas, embora em relação a estratégia conciliadora da Central, ela não foi alterada em nada. Além disso, a corrente majoritária manteve, e até aumentou, seu peso na direção nacional. Isso significa que não há garantias de que as resoluções serão aplicadas, como ocorreu quando da última plenária nacional. Na ocasião, foi aprovado o Fora FHC e o FMI e a paralisação nacional. Mas na prática, a Articulação não aplicou estas resoluções.

OS – Isso significa que o filme vai se repetir?

Zé Maria – Não necessariamente. Não estão claros os desdobramentos desse Congresso. Seja porque a crise interna da Articulação não foi resolvida com a eleição de João Felício, seja porque há uma retomada do processo de lutas que pode pressionar e obrigar a direção majoritária a sair do imobilismo que a caracterizou nos últimos anos.

É importante ter claro que as resoluções aprovadas no Congresso estabelecem as bases políticas para a CUT mudar sua postura, resta saber se a direção majoritária vai efetivamente aplicar aquilo que foi aprovado.

OS – E que desafio fica colocado a partir de agora para a esquerda da Central?

Zé Maria — O desafio para a esquerda é superar sua atual fragmentação e continuar buscando se constituir como uma alternativa visível de direção para a CUT. O bloco não pode terminar com o fim do Congresso, tem que continuar atuando no sentido de, em primeiro lugar, dar o exemplo a partir dos sindicatos que atuamos para pôr em prática as resoluções aprovadas. E em segundo lugar, na busca de construir uma unidade superior da esquerda, capaz de garantir a organicidade e visibilidade que precisamos para construir uma nova direção e uma outra estratégia para o movimento sindical.

Renato Benvenutti

Zé Maria, ao lado de Jorginho, fala ao 7º Concut

Sangria sem limites mantém país na dependência e agrava crise social

Vamos dizer *Não* às dívidas e ao FMI!

*Entre os dias 2 e 7 de setembro será realizado em todo o país o Plebiscito Nacional da Dívida Externa. A população poderá responder três perguntas na base do sim ou não: sobre o pagamento da dívida externa, da dívida interna e o acordo com o FMI. Mais de mil entidades estão comprometidas em participar da atividade. Nestas páginas do **Opinião Socialista** apresentamos artigos e informações que ajudam a entender como esta sangria sem fim está agravando a crise social do Brasil e a sua dependência.*

Os números assustam. A dívida externa do Brasil está na casa dos US$ 241 bilhões. A dívida interna chegou no final de 1999 aos R$ 400 bilhões. Pior: estamos falando de uma dívida que já foi paga e que só se mantém e aumenta pelos seguidos empréstimos feitos com os órgãos internacionais (acordo com o FMI em 1998, por exemplo) para pagar a própria dívida e os seus juros estratosféricos. Entre 1973 e 1990 o país pagou US$ 100 bilhões apenas de juros da dívida externa. Sob o Plano Real de FHC, o país pagou de 1994 a 1999, entre juros, amortizações e serviços da dívida cerca de US$ 128 bilhões.

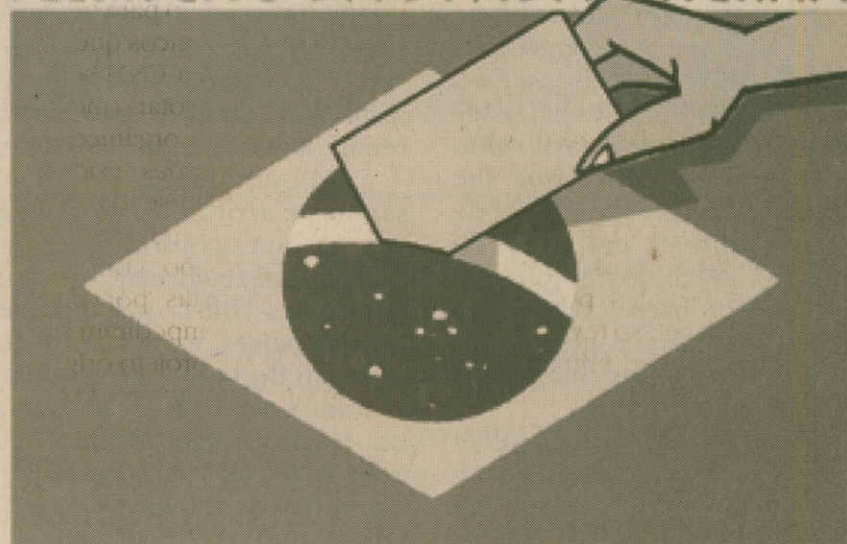
Ou seja, esta dívida já foi paga e mesmo assim ela não parou de crescer e mesmo assim o Brasil está longe de terminar de pagá-la. A soma de juros, vencimentos de curto, médio e longo prazo da dívida, previstos para o ano 2000, são da ordem de US$ 75 bilhões. Isso mesmo, 13% do PIB é o que deverá ou deveria ser pago este ano. Tanto que o governo já "devolveu" mais de US$ 10 bilhões (com os devidos juros) correspondentes a parte do último empréstimo do FMI. Empréstimo para pagar empréstimo com juros de fazer agiota parecer samaritano.

Estamos portanto diante de um dos mais brutais mecanismos de rapinagem e transferência de renda para bancos, governos e empresas das grandes potências imperialistas. Uma operação de agiotagem que custa milhares de vidas de trabalhadores e pobres a cada ano. Isso mesmo, vidas, pois problemas crônicos como a fome nas regiões vitimadas pelas secas no Nordeste ou a falência da saúde pública poderiam ser resolvidos se o país desse um basta no pagamento da dívida externa.

Segundo um estudo feito pelos organizadores do Plebiscito, com o que o país pagou entre 1994-1999 seria possível pagar um bônus de R$ 45 mil para cada família que vive com um salário mínimo ou construir 948 mil novos postos de saúde.

É por isso que o governo está incomodado com a realização do Plebiscito da dívida e através do seu ministro da Fazenda, Pedro Malan começou a atacar o mesmo. O governo não quer que a questão das dívidas e do espúrio acordo feito com o FMI estejam no centro do debate, ou pior (para ele), que a maioria da população comece a se dar conta do que realmente significa para a sua condição de vida a manutenção desta dependência e outras malandragens que o governo esconde a sete chaves do seu povo, mesmo quando o próprio FMI vem "visitar" o país para saber como estão as contas.

A propósito, uma das malandragens que vem sendo feita nos últimos anos é a estatização da dívida externa do setor privado (que corresponde a US$ 141 bilhões da dívida total até o final de 1999), principalmente após a desvalorização do Real. Bancos e empresas nacionais pegam empréstimos no exterior com taxas de juros menores que as do Brasil, depois compram títulos públicos no Brasil com taxas bem maiores de juros. Resultado: o governo banca estas taxas de juros e sua remuneração, na prática paga, ou fica de pagar, a dívida contraída lá fora, os bancos e empresas embolsam a diferença dos juros e, de quebra, a dívida interna (gastos com juros e remuneração destes títulos) vai para as alturas.

O Plebiscito portanto é importante porque coloca em debate o problema das dívidas e pode ser utilizado como um primeiro passo na luta pelo não pagamento da dívida externa, condição elementar para o país marchar em direção a uma verdadeira independência, redirecionando esse dinheiro para atender as reivindicações e necessidades da maioria da população.

◆ Evolução da dívida externa em 20 anos

ano	dívida
1980	64 bilhões de dólares
1990	123 bilhões de dólares
1994	145 bilhões de dólares
1999	241 bilhões de dólares

◆ Evolução da dívida externa sob o Plano Real e FHC

Total da dívida	US$ 241,2 bilhões (final de 1999)
Discriminação	US$ 212,6 bilhões dívida de médio e longo prazo (superior 1 ano)
	US$ 28,6 bilhões dívida curto prazo (pagamento para o ano 2000)
Crescimento	US$ 95,5 bilhões (60,4%) (período 94-99)
O que foi pago	US$ 128 bilhões* (período 1994-1999)
Relação dívida/PIB	42%

* Corresponde a juros, serviços e amortizações pagos no período

◆ Dívida externa (relação público-privado)

Dívida total	US$ 241,2 bilhões (final de 1999)
Dívida setor público*	US$ 100 bilhões
Dívida setor privado**	US$ 141,2 bilhões

* não inclui setor financeiro público
** inclui setor financeiro privado

Utilizamos dados, informações e análises de: Jornal do Plebiscito (nºs 1 e 2), Linha Aberta (jornal eletrônico do PT); arquivos dos jornais Opinião Socialista (nº 70), Versus e Convergência Socialista, Retratos do Brasil, Oficina de Informações, Banco Central, site oficial do Plebiscito da Dívida Externa (www.jubileu2000.hpg.com.br).

HISTÓRIA DA DEPENDÊNCIA

Em **1824**, logo após a independência portanto, o Brasil começa sua nova dependência das grandes potências capitalistas através da dívida externa. Na ocasião, a Inglaterra, de quem o Brasil contraiu um empréstimo de 3,6 milhões de libras esterlinas. Era o chamado "empréstimo português", usado para pagar dívidas do período colonial e indenizações a D. João VI.

Em 1890, início da República, o Brasil consegue pagar o "empréstimo português". Após 65 anos de pagamento de juros, o país pagou o montante 6,18 milhões (quase o dobro do empréstimo original).

Ainda entre os anos de 1889-1891, final do império, início da República, o Brasil contraiu novos empréstimos internacionais, principalmente dos ingleses. A dívida inicial de 3 milhões de libras, pulou para 15 milhões em 1913.

A dívida não parou de crescer sob a velha República e em 1934, já sob a era Getúlio Vargas após a revolução de 30, a dívida externa do Brasil era de 367 milhões de libras esterlinas.

O acordo infame

Em novembro de 1998, logo após a crise da moratória da Rússia, às vésperas da explosão do Real e um mês depois de FHC vencer as eleições presidenciais de 1998, o governo do Brasil selou o acordo com o FMI, que lhe garantia um empréstimo total de US$ 41,5 bilhões em troca de condições inaceitáveis, ou que deveriam ser inaceitáveis caso o Brasil não fosse governado por verdadeiros funcionários do Fundo Monetário.

As condições vão muito além das que estão estruturadas em torno do chamado "ajuste fiscal", ou seja, dos cortes violentos nos gastos públicos e sociais para permitir que o país tenha os superávits exigidos pelo Fundo e o acesso à grana. Além dos humilhantes relatórios periódicos aos técnicos do FMI, pelos termos acertados no acordo o país não pode impor nenhum limite para a saída de capitais (podem remeter lucros à vontade, podem tirar o dinheiro do país na hora que quiserem). Não há nenhum controle.

O acordo com o FMI prevê também que o país não pode ter reservas internacionais abaixo dos US$ 20 bi, se baixar tem que aumentar os juros. E, se isso acontece, aumenta o endividamento público, o país vai para recessão e a economia fica cada vez mais sujeita ao capital externo para poder ter reservas, recursos para pagar dívidas etc.

Há outra pérola de submissão neste acordo. Parte da grana vem de um acordo feito com o Banco Internacional de Compensações (BIS), que representava 19 países, e um acordo com o Banco do Japão. Estes, contribuíram com US$ 13,28 bilhões do total do empréstimo. Pois bem, pelos termos do acordo, se o ministro das Finanças do Japão julgar que o Brasil não está cumprindo uma das metas (mesmo que não esteja inadimplente) o Japão pode exigir o pagamento imediato da sua parte do empréstimo! E caso esteja ocorrendo inadimplência, quem entra na parada é o poderoso FED (Banco Central dos EUA), que simplesmente debita qualquer conta do BC, vale até títulos e investimentos do BC junto ao FED!! Ou seja, confiscam a grana do país e ponto.

Para FHC, Malan e cia não há limites para a submissão.

Wladimir Souza

Pagamento das dívidas agrava miséria

◆ Evolução das dívidas externa e interna nos anos 90 (governos Collor, Itamar e FHC)

	1990	1994	1999
Dívida externa	US$ 123 bilhões	US$ 145 bilhões	US$ 241,2 bilhões
Dívida interna	R$ 53 bilhões	R$ 61,8 bilhões	R$ 400 bilhões

Mais impostos e menos serviços

É simples a fórmula do FMI para o Brasil conseguir superávit nas suas contas e "merecer" os US$ 41,5 bi: cortes (através de tesouradas no Orçamento para verbas sociais, privatizações etc) e aumento de impostos. O governo FHC, claro, pôs em prática: criou novos impostos, tornou a CPMF fixa e fez incríveis picaretagens no imposto de renda (aumentou o imposto retido na fonte sem corrigir a tabela de descontos).

O resultado disso é que em 1999 a arrecadação foi recorde: R$ 128 bilhões, R$ 33,474 milhões a mais do que o previsto. Sabem qual foi a manobra seguinte do governo? Ele transformou estes R$ 33,474 milhões em "juros" e os transferiu para os grandes credores da dívida pública *(ver boletim do Banco Central de março de 2000)*.

De outro lado, sempre conforme a lógica do acordo com o FMI, além da reeditar o famigerado Fundo de Estabilização Fiscal (que permite ao governo arrancar até 20% do Orçamento da União sem consultar o Congresso Nacional), o governo vem realizando novos cortes no Orçamento, como o de R$ 8,6 bi feito em maio passado que, claro, afetou áreas como saúde, educação e agricultura.

Anos dourados da rapina

Tá certo que foi sob a ditadura militar que o endividamento externo foi para as alturas (US$ 3 bi em 1964 para US$ 81,5 bi em 1985) e a submissão ao FMI começou pra valer. Mas nos anos 90 — governos Collor, Itamar e FHC — a sangria deu um salto. É que além da dívida continuar crescendo (US$ 145 bilhões em 1994 para US$ 241 bi em 1999) junto como o pagamento dos seus juros (US$ 6,3 bi em 1994 para US$ 15 bi em 1999), veio o projeto neoliberal e com ele as privatizações, a remessa desenfreada de lucros, a abertura comercial e a ciranda dos juros da dívida interna.

Está sendo uma festa para os grandes capitalistas e especuladores. A remessa de lucros, acompanhando o pagamento dos juros da dívida externa, subiu de US$ 2,8 bilhões em 1994 para US$ 10 bi em 1999. Para efeito das contas externas do país, se somarmos o que saiu daqui em 1999 nos itens juros da dívida e remessa de lucros chegamos a uma quantia superior a US$ 25 bilhões.

O grande salto da dívida externa brasileira, tendo os EUA como grande potência imperialista, vai ocorrer a partir da ditadura militar. Em 1964, quando os milicos deram o golpe, a dívida externa do país era de US$ 3 bilhões.

Entre 1968 e 1973, auge do chamado "milagre econômico" e de um acelerado processo de industrialização, a dívida salta de US$ 4 bi para US$ 12 bilhões. Os maiores beneficiários deste endividamento foram as multinacionais de bens duráveis (automobilísticas em primeiro plano), as empresas nacionais (principalmente empreiteiras) e o próprio Estado.

A partir de 1974, com a crise mundial da economia capitalista (1974-1975) a dívida externa e os juros crescem aos saltos (de 5% para 21%). A explosão do preço do petróleo detona com o "milagre" brasileiro, onde o transporte rodoviário e a indústria automobilística tinham peso decisivo no crescimento econômico. Em 1975, sob o governo do general Geisel (que além de pagar juros altos contraiu novos empréstimos), a dívida externa já era de US$ 25 bilhões (dobrou em dois anos!).

DÍVIDA INTERNA

Governo pagou R$ 250 bi de juros

O outro lado do endividamento é a dívida interna. A maior parte da dívida interna do Brasil é de títulos do governo com remuneração de juros altíssimos. O governo recorreu a este mecanismo para poder atrair capitais externos, dólares, para manter a sobrevalorização do real. Isto é o que explica a explosão da dívida interna que de R$ 53 bi em 1991 chegou em 1999 aos R$ 400 bilhões (40% do PIB). Entre 1994-1999 o país pagou R$ 250 bilhões somente de juros desta dívida e mesmo assim ela continua nas alturas.

Isso porque o governo não parou de emitir títulos para continuar atraindo capitais, com juros ainda altos que mantêm uma bola de neve. Além disso, quando veio a desvalorização do real a dívida voltou a dar novo salto, pois o governo havia vendido bilhões de reais em títulos que tinham como garantia de correção a taxa de câmbio. Só aí a dívida interna cresceu mais R$ 30 bilhões.

O pior é que para pagar os juros estratosféricos desta dívida o governo não hesitou em empenhar o patrimônio público.

Por exemplo, o governo usou mais de R$ 60 bilhões dos R$ 83 bi arrecadados com as privatizações entre 1991-1995 para abater juros da dívida interna. Com a grana da venda da Telebrás, em 1998, o governo pagou seis meses de juros da dívida interna.

Para o ano 2000 está previsto que o governo tem que pagar R$ 69 bilhões de juros. Não há privatização, emissão de novos títulos e cortes sociais que consigam dar conta desta sangria que vai parar nos bolsos dos mesmos de sempre: grande bancos, capitalistas e especuladores nacionais e internacionais. Esta turma embolsou os altos juros da dívida, está com a mão nos títulos públicos e ainda compra as estatais.

Mas como não poderia deixar de ser, o FMI não foi "insensível" ao problema da dívida interna. Na verdade, segundo estudo do economista Fabio Pereira, da Fundação Getúlio Vargas, o acordo com o FMI visa também garantir o pagamento dos juros da dívida interna. Esta também é a lógica da exigência de cortes nos gastos do Estado, mais privatizações etc. Por exemplo, no acordo, o governo se compromete a incorporar à dívida pública um mico de R$ 24,8 bilhões chamado de "esqueletos" (dívidas não registradas!?!). O pagamento destas "dívidas não registradas" seria feito com a receita das privatizações (que estavam previstas em R$ 25,7 milhões para 1999) e envolvem tudo o que fosse arrecadado com privatizações da União, estados e municípios.

Atividade de preparação do Plebiscito

Se essa grana fosse nossa

Veja aqui o que seria possível fazer com os US$ 128 bilhões da dívida externa que o Brasil pagou entre 1994 e 1999.

Emprego. *Criação de 504 mil empregos diretos na indústria automobilística ou 15,7 milhões de empregos na construção civil ou 10,5 milhões na indústria têxtil ou;*

Abonos e salários. *Pagar um abono ou bônus de R$ 1.474 para cada brasileiro ou um bônus de R$ 45 mil para cada família que vive com salário mínimo no Brasil ou pagar por um ano um salário mínimo de R$ 1 mil para 20 milhões de trabalhadores que vivem com até dois mínimos ou;*

Moradia. *Construir 15 milhões de casas populares a um custo unitário de R$ 15 mil ou;*

Reforma agrária. *Assentar 5 milhões e 833 mil famílias no campo a um custo de R$ 40 mil cada família ou;*

Crédito rural. *Financiar US$ 40 bilhões por ano (durante três anos) da produção agrícola. Dessa forma, o estado financiaria 50% da produção no campo ou;.*

Educação. *Construir 6 milhões de escolas ou;*

Saúde. *Construir 948 mil novos postos de saúde e elevar o gasto per capita do país em saúde de US$ 280 para US$ 479.*

◆ Evolução da dívida interna (1994-1999)

Total dívida 1994	R$ 62 bilhões
Total dívida 1999	R$ 400 bilhões
Crescimento	R$ 338 bilhões
	(545%)
O que foi pago	R$ 250 bilhões*
Relação dívida/PIB	40%

* corresponde apenas aos juros do período

Ajuste sucateia municípios

Partidos e candidatos dizendo que vão fazer e acontecer para resolver os problemas sociais nas suas cidades é o que não está faltando nessas eleições. Até candidaturas do PT, como Marta Suplicy, entraram com tudo nessa onda. Esquecem de explicar para o povo qual é a mágica, já que nenhum deles fala em suspender o pagamento das dívidas do município. Nem sequer se dão o trabalho de explicar como o acordo com o FMI e as renegociações das dívidas municipais feitas com o governo FHC vão afetar o Orçamento das cidades.

Uma das consequências do acordo com o FMI foi a recente aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe limites bem claros e rígidos para gastos dos estados e municípios: nada que comprometa os superávits que serão utilizados para o pagamentos das suas dívidas pode ser gasto ou mesmo aprovado.

Para piorar, a política de juros altos levou a explosão das dívidas de estados e municípios. E as posteriores renegociações com o governo federal (que cumpre o papel do FMI com estados e municípios) foram muito desfavoráveis. Em São Paulo, só para ficar em um exemplo, a dívida do município é de R$ 16,5 bilhões (o Orçamento é de R$ 7,6 bi). O atual prefeito, Celso Pitta, negociou com o governo federal R$ 10,5 bilhões desta dívida. Comprometeu-se a pagar R$ 2,1 bi em 30 meses, sendo que R$ 780 milhões (13% da arrecadação) em 2001. O acordo proibiu praticamente qualquer novo financiamento.

Portanto, candidato que não falar em romper com as consequências do ajuste do FMI na escala municipal está fazendo demagogia.

Em 1982, o pagamento dos juros da dívida externa consumia 90% do valor das exportações do país. Explode a crise da dívida externa na América Latina e o México foi o primeiro a quebrar. A dívida externa do Brasil caminhava para a casa dos US$ 80 bilhões.

É a partir de 1982 que o FMI começa a monitorar pra valer as economias dos países devedores. Nesse ano, no governo do general Figueiredo, o ministro da Fazenda Delfim Neto negociou a primeira "Carta de Intenções" com o FMI (foram cinco no total nos anos 80); mais empréstimos, mais endividamento e mais ingerência dos impérios. Em 1985, após o fim do regime militar a dívida externa chega a 85,1 bilhões.

Em 1987, sob forte estagnação econômica e juros estratosféricos, o governo Sarney chega a declarar uma moratória dos juros da dívida externa. O Brasil só volta a regularizar os pagamentos mais de um ano depois.

A dívida não deixou de crescer e chega a US$ 123 bi em 1990. Entre os anos de 1973 e 1990 o país pagou cerca de US$ 100 bilhões de juros da dívida externa, ou seja, pagou 100 e ainda continuava a dever 123.

Participe do Plebiscito

Todo mundo que estiver interessado em participar e votar no Plebiscito Nacional da Dívida Externa deve procurar um dos locais de votação espalhados em todo o país, identificados com faixas ou cartazes de orientação do votante. **Haverá urnas em sindicatos, associação de moradores, escolas, universidades, portas de fábricas, praças, igrejas e outros locais.**

A votação é aberta a qualquer pessoa, a partir dos 16 anos. Para votar será necessário dar o nome, apresentar o título de eleitor ou a carteira de identidade, que será anotado num controle, para que o número de votos da urna coincida com o de votantes.

As pessoas devem manifestar sua opinião na cédula, assinalando ou não com um X em um único dos quadradinhos correspondentes às perguntas. O voto é secreto, mas as pessoas analfabetas poderão recorrer à ajuda de pessoas da sua confiança.

Na cédula constam três perguntas, nessa ordem: sobre o acordo com o FMI, sobre dívida externa e sobre a dívida interna.

Encerrado o prazo final de votação, as urnas serão lacradas e levadas para um local a ser determinado pela comissão organizadora local, para proceder o escrutínio, que deverá iniciar-se, se possível, ainda no dia 7 de setembro. Terminada a contagem dos votos, será preenchida uma planilha, padronizada a nível nacional, a ser enviada para todos os municípios pela Comissão Nacional Coordenadora. Essa planilha será assinada pelos membros da comissão escrutinadora. Após os votos serem totalizados no Estado, serão enviados para uma central nacional. As comissões de escrutínio deverão iniciar a contagem dos votos imediatamente após o encerramento da votação, dia 7 de setembro, e enviar o resultado para a centralização estadual e nacional. A Comissão Nacional Coordenadora organizará uma coletiva de imprensa no dia 13 de setembro de 2000 para o anúncio à opinião pública dos resultados do Plebiscito.

Quem quiser maiores informações de como organizar ou participar pode acessar o site do Plebiscito:
www.jubileu2000.hpg.com.br

Veja como será a cédula do plebiscito

ESCOLHA APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS EM CADA PERGUNTA

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA — DE 2 A 7 DE SETEMBRO

Sobre o FMI
O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI ?
Sim ☐ Não ☐

Sobre a Dívida Externa
O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988 ?
Sim ☐ Não ☐

Sobre a Dívida Interna
Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores ?
Sim ☐ Não ☐

Participe !

Plebiscito Nacional da Dívida Externa

De 2 a 7 de setembro

Mil entidades engajadas

Quando começou a ser organizado, o Plebiscito Nacional da Dívida Externa contava com o apoio de entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), CUT, MST, Central dos Movimentos Populares (que são parte da Coordenação Nacional do Plebiscito) além dos partidos de esquerda. Hoje, em todo o país, mais de mil entidades populares (sindicatos, centros estudantis, associações de bairro, etc) estão envolvidas na organização do Plebiscito.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud) e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DCE-Uerj) são dois exemplos. As duas entidades vão colher votos não só das categorias que representam, mas também da população em geral, em urnas espalhadas pelas unidades de suas respectivas bases.

Segundo Mira Lini, coordenadora do DCE-Uerj e militante do PSTU, devem ser colocadas urnas nos *campi* Central (Maracanã), São Gonçalo e Caxias.

Participe!

Os anos 90, marcados pelos planos neoliberais de Collor e FHC, conheceram um novo salto da dívida externa e da sangria de recursos do país. A dívida saltou de US$ 123 para os atuais US$ 241 bilhões. Entre juros e parte do principal da dívida o país pagou no período cerca de US$ 150 bilhões.

Em 1994, com o início do Plano Real, a dívida estava em US$ 145 bilhões. O governo costura uma renegociação da dívida. O então ministro da Fazenda, FHC fez grande alarde dizendo que a crise da dívida estaria encerrada devido a "redução" do principal e dos juros e ao mesmo tempo devido a entrada de capitais no país.

O tal desconto atingiu apenas a dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros (relativo a 7,6% do total da dívida). Em 1998, após a moratória russa e na iminência da crise do real. o governo fecha novo acordo com o FMI: US$ 41,5 bilhões de novos empréstimos, sob condições draconianas.

Em 1999 a dívida chega a casa dos US$ 241 bi, estima-se que o governo pagou mais de US$ 25 bi de juros e amortizações somente nesse ano.

Mas para o ano 2000, a sangria promete ser pesadíssima: entre vencimentos de curto, médio e longo prazo previstos para este ano e os juros, o Brasil teria que pagar um total de US$ 75,6 bilhões.

TEATRO *Entrevista com o diretor Márcio Marciano, da Companhia do Latão*

A Comédia do Trabalho

Por Cecília Toledo,
de São Paulo

A Companhia do Latão, *um dos bons grupos de teatro que surgiram nos últimos anos em São Paulo, está apresentando seu espetáculo mais recente, A Comédia do Trabalho no Teatro Sesc Anchieta, em São Paulo, até o dia 1º de outubro. O texto foi escrito pelo grupo e trata de um tema super-atual: o desemprego. De uma forma divertida e claramente posicionada ao lado da classe trabalhadora, a peça vem fazendo enorme sucesso. O* ***Opinião Socialista*** *entrevistou um dos diretores da peça, Márcio Marciano.*

Opinião Socialista — Vocês trabalham com o método de Brecht?

Márcio — A gente tem trabalhado a partir do método de Brecht desde de 1996, quando o grupo surgiu. Desde o primeiro trabalho, *A Morte de Danton*, A Companha do Latão busca adotar uma forma épica de conduzir a narrativa.

OS — O que significa isso?

Márcio — Existiu um período de teatro dramático que correspondeu à afirmação da identidade burguesa. É um teatro fechado, em que todos os conflitos se estabelecem a partir de uma relação interpessoal. Isso é assim porque o teatro dramático dá conta dos dramas individuais; é sempre a história de um indivíduo, o público acompanha a sua trajetória, ele lutando sozinho contra a opressão da sociedade. O teatro épico traz de volta alguns procedimentos clássicos que vêm desde o teatro grego, mas para dar conta de conteúdos que não cabem mais no teatro dramático. Com a revolução industrial, entram em cena outros sujeitos da história, os trabalhadores, o modelo dramático não consegue dar conta desses novos conteúdos. Para representar coletivos, colocar peças coletivas em cena, o teatro épico, ao ter uma forma mais clara, mais aberta, ele consegue dar conta de coisas mais abrangentes.

OS — Que história o espetáculo conta?

Márcio — É bem simples. Para poder discutir as relações de trabalho hoje, precisávamos organizar todas as perspectivas que temos hoje em relação a esse tema. E a forma que encontramos foi acompanhar a trajetória de um indivíduo; um ex-funcionário de um banco que é demitido e resolve se matar. Ele sobe no topo do prédio onde trabalhava e ameaça se jogar. Esse fato desencadeia uma série de acontecimentos. As pessoas se aglomeram na praça para assistir e lá estão desempregados, mendigos, gente que tenta se virar para sobreviver. Do outro lado estão os donos do banco tentando se livrar de uma dívida fazendo acordos com o governo e os financistas internacionais. Assim, de um lado você acompanha o desfecho da tragédia pessoal de Núlio, o desempregado, e isso vai gerando um acontecimento coletivo e a negociata do banco de investimento.

OS — O que vocês querem passar com essa história?

Márcio — O que realmente interessa é mostrar como existe importância nessa massa de desempregados, como existe importância na possibilidade de transformação. Procuramos flagrar essa energia transformadora, mas de uma forma cômica, porque percebemos que a melhor maneira de tratar um problema tão complexo, tão trágico, é a comédia.

"A melhor maneira de tratar um problema tão complexo é a comédia"

OS — Há quatro ou cinco anos atrás esses temas não teriam ibope. Como você vê esse reviver da esquerda no Brasil?

Márcio — Eu não vejo um ressurgimento da esquerda porque não acho que ela tenha desaparecido. Acho que ela passou por uma fase de recolhimento e autocrítica, e pelo fato de ela estar sendo bombardeada por todos os lados, com essa ideologia de que a história acabou. Mas acho que há uma possibilidade da esquerda reocupar o seu espaço, porque ninguém agüenta mais a situação, e a luta de classes não acabou, há antagonismos. Nesse antagonismo, nós tomamos partido do trabalhador.

OS — Vocês não temem ser criticados por misturar arte e política?

Márcio — Se você utiliza o teatro para fazer uma reflexão política sobre os problemas da sociedade atual, necessariamente você está tendo uma atividade política. Porque discutir a realidade social só pode ser feito se você tiver uma postura clara a respeito. Mas isso não significa que a gente abandone o cuidado estético, porque a gente faz teatro.

OS — Vocês estudaram o marxismo para abordar a luta de classes?

Márcio — Sim, se você fala das classes, você, necessariamente, tem de passar por um estudo mais aprofundado do marxismo, principalmente, da dialética. E até porque, pra você traduzir em imagem cênica essas questões, a dialética é uma grande ferramenta. Fizemos oficinas durante seis meses. O marxismo ainda não foi superado. O marxismo foi fundamental, como ferramenta pra gente entender a complexidade do tema que estávamos abordando em cena.

Divulgação da peça no centro de São Paulo

OS — O marxismo também inclui a necessidade da revolução socialista. Vocês acham que também nesse aspecto Marx é atual?

Márcio — Eu acho que uma alternativa para este modo de produção e apropriação do trabalho é o socialismo. Eu não sei bem como isso se daria, o único que sei é que o estudo do marxismo e da dialética me faz ter a certeza, a convicção, de que há a possibilidade de uma transformação. Talvez não seja o socialismo da época de Marx; hoje é preciso inventar uma alternativa. E o que a gente pode fazer é contribuir criticamente para essa discussão.

OS — Os artistas estão retomando suas lutas pelo trabalho?

Márcio — Sim, porque ou você se integra ao sistema e vê seu trabalho transformado em mera mercadoria, ou você tem de buscar outras alternativas de circulação. E elas não podem ser individuais, têm de ser coletivas. E isso também vai estar sendo colocado na campanha eleitoral.

OS — E o que você acha da campanha eleitoral do PSTU?

Márcio — Acho legal, porque o PSTU está revitalizando os temas. Existe o compromisso de chegar ao poder, mas como essa perspectiva se dá a longo prazo, o PSTU se sente mais à vontade para recolocar os temas que realmente interessam. É um partido que fala diretamente ao que veio, sem essa mediação feita para não assustar o eleitor. É um partido que faz a crítica de forma radical no sentido de que desce à raiz do problema e, com acertos e erros, coloca isso abertamente. O PSTU faz algo que o PT fazia na virada dos anos 70 e 80, nas primeiras eleições quando o PT dizia "trabalhador vota em trabalhador".

Ficha Técnica

Elenco	Adriana Mendonça, Alessandra Fernandez, Heitor Goldflus, Maria Tendlau e Ney Piacentini
Direção	Sérgio de Carvalho e Márcio Marciano
Dramaturgia	Companhia do Latão

Sinais de estabilidade não se verificam em outras economias do G-7

Recuperação dos EUA segura economia mundial

José Marins,
economista e membro do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio

Enquanto a economia americana recupera seus níveis normais de pressão arterial, a totalidade da economia mundial consegue se manter de pé. Mesmo esclerosadas economias européias que já perderam todos os dentes de antigas potências econômicas.

Os últimos indicadores disponíveis (referentes ao primeiro e segundo trimestres deste ano) dão uma visão mais clara da atual situação de expansão periódica da economia mundial. Depois da nossa última verificação, a OCDE já publicou mais dois relatórios mensais com a evolução dos principais indicadores (Trend Restored Leading Indicators). Para que os nossos leitores possam comparar as mudanças desses números, que medem a pressão das principais economias, atualizamos aquela tabela anterior com os dados revisados e mais recentes, publicados em 4 de agosto último pela OCDE (ver tabelas)

Relembramos que esses indicadores procuram captar a provável evolução, no curto prazo, do nível de atividade das respectivas economias. Medem a "pressão arterial" das economias. Por isso esses indicadores estão sujeitos a repentinas variações e correções. Eles indicam se no curto prazo (seis a doze meses) determinada economia está mais próxima ou mais distante de uma estabilidade ou de uma perda dos seus sinais de vitalidade. São, portanto, mais um instrumento de grande utilidade para o acompanhamento da situação econômica.

Nos novos números acima verifica-se uma recuperação e estabilização da pressão do conjunto das sete principais economias (G-7), que nas medições anteriores vinha apresentando uma perigosa queda por três meses seguidos.

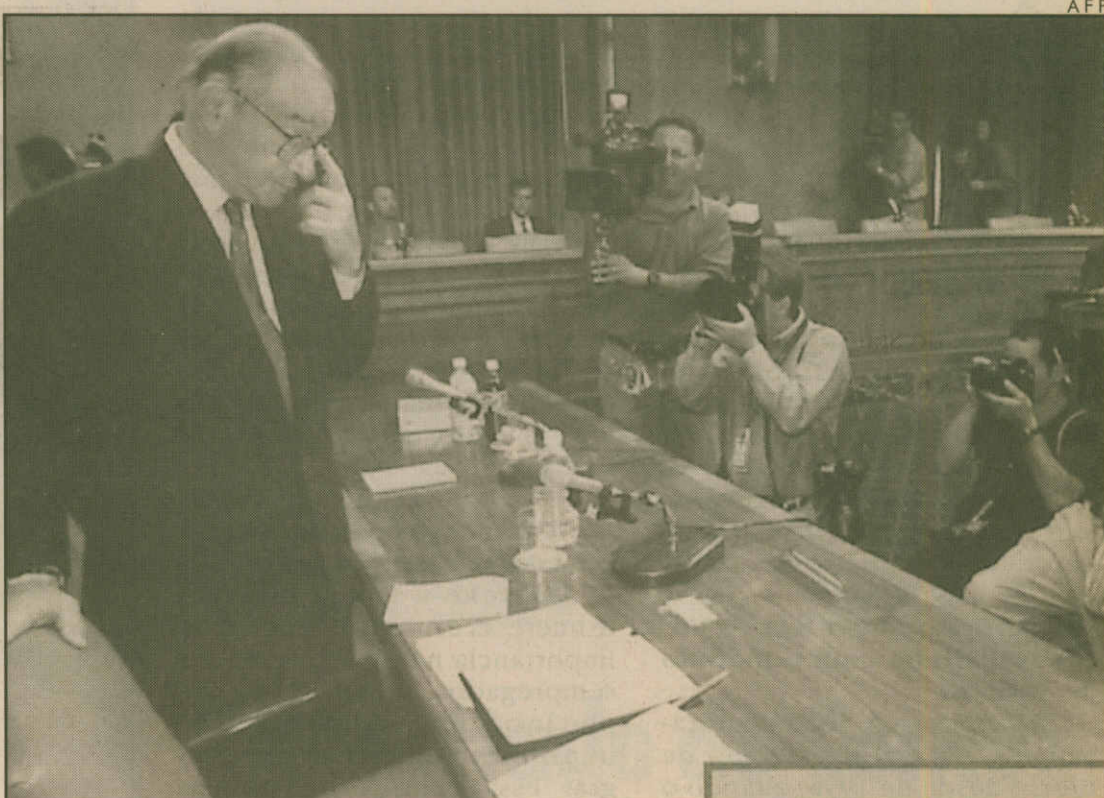
Essa recuperação do conjunto da economia mundial foi puxada, mais uma vez, pela correspondente (e surpreendente) normalização dos batimentos cardíacos da economia dos Estados Unidos. Depois de três meses seguidos de queda, a economia de ponta do sistema recuperou sua pressão normal, principalmente a partir da medição feita no mês de junho, quando se verificou uma alta mensal de 1.6% (a maior alta do ano). Esse elevado índice mensal fez com que se contabilizasse para os últimos 12 meses uma significativa subida: dos 2,8% do mês de maio para o patamar de 4,1% no mês de junho, o mesmo nível de normalidade de dezembro e janeiro passados.

Os mesmos sinais de estabilidade não se verificam para outras importantes economias do G-7. É o caso da Alemanha, economia de ponta da União Européia, que na medição de junho apresentou os primeiros sinais de alterações de pressão no ano: elevada queda mensal de 1,1% em junho, o que provocou uma redução correspondente no nível dos últimos 12 meses, de 8,1% em maio para 6,3% em junho.

Além da Alemanha, outras importantes economias européias, que não foram listadas na tabela acima, já apresentam sinais de desfalecimento há alguns meses: a pressão arterial da Inglaterra, por exemplo, tem caído sistematicamente nos últimos 6 meses, rebaixando o índice dos últimos 12 meses de elevados 7.3% em dezembro/99 para um raquítico 1,3% no último mês de junho. Trata-se de um caso de elevadíssima taxa de colesterol, de uma paciente com idade já bastante avançada, que é portanto forte candidata a graves problemas cardíacos nos próximos meses. Apenas por curiosidade, estaremos acompanhando a evolução desta antiga e desdentada potência econômica mundial.

O Japão, economia de ponta do mar de miséria asiático, apresentou sinais de recuperação no mês de maio (dados não disponíveis para junho), depois de pequenas alterações nos meses de fevereiro, março e abril. Situação absolutamente indefinida para os próximos meses, tem que continuar sob observação.

Mas não dá para se acompanhar com detalhes cada um desses pacientes VIPs da economia mundial. Nem é necessário. Metodologicamente, basta uma observação mais acurada possível da atual situação da economia americana, aquela que de uma forma ou de outra acaba regulando o estado de saúde ou de morbidez de todas as demais economias mundiais. É o que continuaremos fazer a seguir.

AFP

Alain Greenspan, chefe do BC norte-americano

◆ Principais Indicadores - G7, EUA, Alemanha e Japão

Variação Mensal	G7	EUA	Alemanha	Japão
Dezembro1999	0,8	0,9	1,0	0,7
Janeiro 2000	0,5	0,6	0,8	0,5
Fevereiro 2000	0,0	-0,2	0,6	-0,1
Março 2000	-0,1	-0,4	1,1	-0,3
Abril 2000	0,1	0,0	-0,2	0,4
Maio 2000	0,4	0,3	0,7	1,0
Junho 2000	0,9	1,6	1,1	n/d

◆ Principais Indicadores - Últimos 12 meses

Variação Anual	G7	EUA	Alemanha	Japão
Dezembro1999	5,6	4,1	6,1	7,5
Janeiro 2000	5,8	4,5	7,0	7,5
Fevereiro 2000	5,4	3,9	7,6	6,7
Março 2000	4,8	3,1	8,5	5,8
Abril 2000	4,5	2,8	7,9	5,5
Maio 2000	4,3	2,8	8,1	5,8
Junho 2000	4,8	4,1	6,3	n/d

Internacionalismo para o século 21

Alvaro Bianchi,
membro do Conselho Editorial da revista Outubro

No dia 21 de agosto de 1940, às 7h25 morria Leon Trotsky. Na véspera, sofrera um atentado fatal. Um agente de Stálin, Ramon Mercader, havia desferido um golpe em sua cabeça com um objeto contundente.

Ao chegar ao hospital e ser colocado em uma estreita cama, o revolucionário russo teve ainda forças para chamar seu secretário, o trotskista norte-americano, Joseph Hansen: "*Joe, tens o caderno de notas?*", perguntou. E, logo começou a falar muito baixo, medindo as forças para pronunciar cada palavra: "*Estou próximo da morte, devido ao golpe de um assassino político... desfechado contra mim por um assassino político... em minha sala. Lutei com ele... nós... entramos para falar de estatísticas francesas... ele me golpeou... por favor, digam aos nossos amigos... Estou certo... da vitória... da Quarta Internacional... continuem*". Natalia Sedova, a esposa de Trotsky, ainda perguntou a Hansen: "*O que ele lhe ditou?*". "*Alguma coisa sobre as estatísticas francesas*", respondeu, procurando não alarmá-la. Pouco depois o revolucionário russo entrava em coma.

O chamado à continuidade da luta pelo internacionalismo operário e pela Quarta Internacional realizado por Trotsky à beira da morte é revelador. Ele nos permite refletir sobre o lugar que ele ocupava em seu pensamento. Para Trotsky, a necessidade da organização internacional dos trabalhadores decorre do caráter internacional da economia e da política na época do imperialismo.

Internacionalismo orientou a vida política de Trotsky

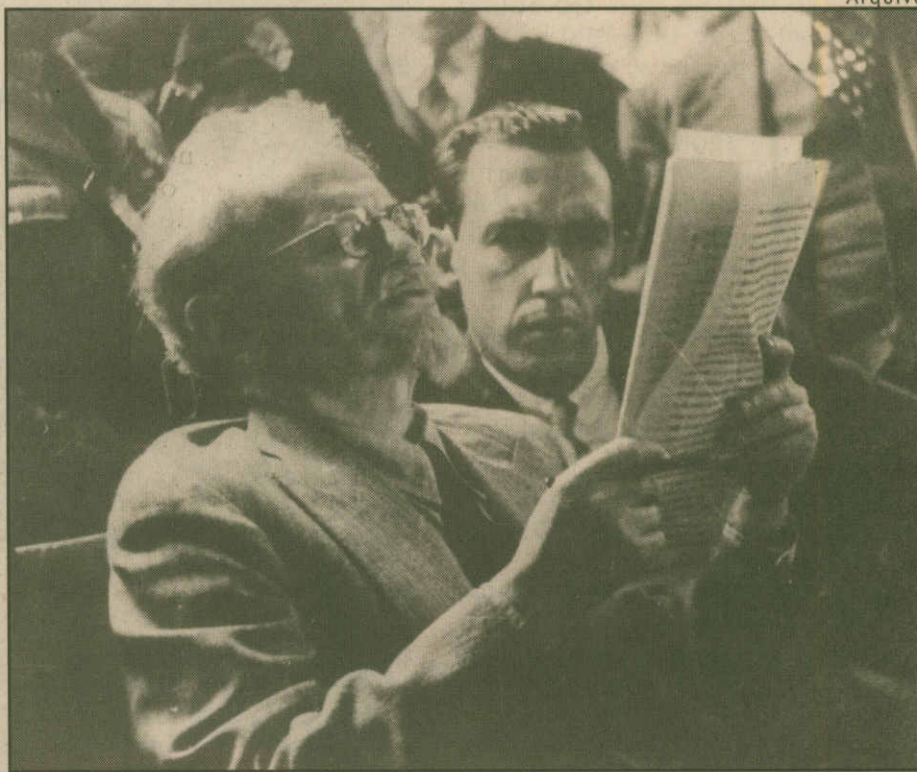
É verdade que Marx e Engels haviam afirmado, em 1848, que os operários não tinham pátria e que terminaram o *Manifesto Comunista* com um chamado à união dos operários do mundo todo. Mas em um mundo ainda não unificado econômica e politicamente pelo capital, o internacionalismo não era definido por uma luta comum em escala planetária. Era um internacionalismo de solidariedade, mas não de combate.

O internacionalismo que orientou a vida política de Trotsky, e que reaparece nas suas últimas palavras, tem a cara do século 21. É um internacionalismo de combate que nasce da análise das tendências da economia e da política do século 20. O ponto de partida é a definição da época imperialista. Para Trotsky o imperialismo tem uma dimensão ao mesmo tempo econômica e política.

Se ao longo dos séculos 18 e 19 a constituição dos Estados nacionais impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas, o mesmo não ocorreu ao longo da época imperialista. À contradição entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas percebida por Marx e Engels, Trotsky acrescenta aquela que existe entre Estado-nação e forças produtivas. Na era do imperialismo surge a contradição entre a troca mundial e a regulação estatal da economia que cria barreiras a esta troca.

A crescente mundialização da economia que presenciamos nas últimas décadas não fez senão agravar essas contradições, como ficou claro nas investidas especulativas que abalaram economias nacionais. A internacionalização, concentração e centralização do capital em grandes companhias transnacionais tornaram potencialmente mais agudos os conflitos entre os Estados no mercado mundial.

Vantagens comerciais no mercado mundial são obtidas por diferenças nos níveis médios de produtividade do trabalho. Em períodos normais, a potência hegemônica no mercado mundial é aquela que consegue obter um nível mais alto de produtividade do trabalho e, com isso, obter vantagens competitivas para suas mercadorias. Se quiserem competir no mercado, os demais países deverão ajustar sua produtividade a esse nível. Mas a luta no mercado mundial não é feita de maneira pacífica. Ela inclui as armas da guerra, dos bloqueios comerciais, das restrições alfandegárias.

Nesse contexto, o Estado forte é instrumento da consolidação de posições no interior do mercado mundial. Na arena mundial, ele torna possível a resolução dos conflitos interimperialistas através da força e da chantagem. Permite, também, a repressão aos movimentos de libertação nacional nas colônias e semicolônias, garantindo uma divisão internacional do trabalho favorável aos interesses das grandes potências.

Arquivo

Testamento de Leon Trotsky

Poucos meses antes de morrer, Trotsky escreveu seu testamento político, do qual reproduzimos aqui alguns trechos.

27 de fevereiro de 1940

"Não necessito refutar uma vez mais as calúnias estúpidas e vis de Stálin e seus agentes: em minha honra revolucionária não há uma única mancha. Nunca realizei, direta ou indiretamente, acordos ou negociações ocultas com inimigos da classe operária. Milhares de adversários de Stálin foram vítimas de acusações igualmente falsas. As novas gerações revolucionárias reabilitarão sua honra política e tratarão como merecem os verdugos do Kremlin.

Durante quarenta e três anos de minha vida consciente fui revolucionário e durante quarenta e dois lutei sob a bandeira do marxismo. Se tivesse que começar tudo de novo tentaria evitar cometer um ou outro erro, mas o curso principal de minha vida continuaria inalterado. Morrerei como revolucionário proletário, como marxista, como materialista dialético e, consequentemente, como um ateu irreconciliável. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é menos ardente, na verdade é hoje mais firme, do que nos dias de minha juventude.

Natasha aproximou-se da janela, vinda do pátio, abriu-a de par em par, para que o ar entre mais livremente em minha sala. Vejo a faixa de grama bem verde junto ao muro e o céu azul e claro acima dele, o sol por toda parte. A vida é bela. Que as gerações futuras eliminem dela todo o mal, opressão e violência e a desfrutem plenamente."

Na arena nacional, o Estado forte permite a repressão ao movimento dos trabalhadores e a manutenção de elevadas taxas de produtividade, ou seja, de exploração do trabalho. Assim, o imperialismo é caracterizado por aquilo que hoje chamamos de contra-revolução econômica e política permanente.

Esta visão do imperialismo produz um internacionalismo que supera a ênfase em uma identidade comum. A ênfase agora é colocada na necessidade de contrapor ao imperialismo a ação internacional organizada do proletariado. O internacionalismo dos séculos 20 e 21 é revolucionário. Ele inclui um esforço sistemático para coordenar os movimentos de emancipação do proletariado e alterar a correlação de forças na arena nacional, mas também na mundial. Tal esforço de coordenação só pode ser eficaz se estiver materializado em uma organização internacional dos trabalhadores. Depois da falência da social-democracia e do stalinismo essa organização passou a ser a Quarta Internacional, para a qual Trotsky dedicou suas energias ao longo de seus últimos anos de vida.

MOVIMENTO Encontro reuniu representantes de 12 países

Sindicalistas formam Rede Internacional

Ge Souza,
da redação

Nos dias 22 e 23 de agosto foi realizado o Seminário Internacional – *Estratégias Sindicais Internacionais de Combate à Retirada de Direitos dos Trabalhadores*, em Caraguatatuba, São Paulo. A principal resolução do encontro foi a criação de uma *Rede Internacional de Solidariedade* para responder às lutas dos trabalhadores contra o neoliberalismo em todo o mundo.

O Seminário foi promovido pelos Sindicatos dos Metalúrgicos de Campinas e São José dos Campos, a Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais e a Associação dos Professores da UERJ. O encontro foi organizado há cerca de um ano, a partir de uma primeira reunião realizada no Rio, com o objetivo de unir os esforços daqueles que lutam contra os planos neoliberais em todo mundo, resistindo à retirada de direitos dos trabalhadores.

O encontro contou com a presença de cerca de 70 pessoas, entre metalúrgicos, químicos, professores, bancários, ferroviários, petroleiros, etc, todos dirigentes sindicais em seus países. Da América Latina, com o maior número de países presentes, participaram sindicalistas da Colômbia, Venezuela, Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil. Do Equador, esteve presente ao Seminário o coronel Lúcio Gutierrez, um dos dirigentes do levante indígena-camponês de 21 de janeiro, que esteva em visita ao Brasil. Da Europa participaram representantes da Alemanha, Inglaterra, Espanha e Rússia. O Seminário contou também com a presença de um dirigente da África do Sul e de um metalúrgico do Canadá.

Durante os dois dias de discussão, foram realizados debates sobre os problemas dos trabalhadores da cidade e do campo, com os companheiros José Maria de Almeida e Jorginho da CUT Nacional, Ricardo Antunes, professor da Unicamp, Del Vechio da direção do MST e Gegê da Central de Movimentos Populares, além da apresentação de informes sobre a situação política e econômica e das lutas dos trabalhadores, em cada um dos países participantes do Seminário.

Debates durante encontro internacional

"Trabalhadores do mundo, uni-vos"

Além de formar a Rede Internacional de Solidariedade Ativa, o Seminário aprovou um manifesto político. Reproduzimos a seguir alguns dos seus principais trechos e resoluções.

"Há mais de 150 anos Karl Marx, fundador da 1ª Internacional, sintetizou nesta frase a necessidade de união dos trabalhadores para enfrentar o capital e o caráter internacional de sua luta. Nestes tempos em que vivemos da intensificação da barbárie e do caráter destrutivo do capitalismo, esse desafio – de unir os trabalhadores que lutam em todo mundo contra a exploração – se faz ainda mais presente.

A Rede Internacional de Solidariedade Ativa que estamos construindo é uma resposta à necessidade de desenvolvimento desta luta em comum entre os trabalhadores que estão resistindo ao neoliberalismo em todas as partes do mundo.

Sobre a atuação da Rede

A Rede pretende unir sindicatos, dirigentes sindicais, ativistas e militantes que lutam em todo o mundo, que estejam de acordo com suas diretrizes básicas ... e que estejam dispostos a agir, a promover ações de acordo com essas diretrizes ... A Rede tem, portanto, caráter sindical e popular, classista e de luta. Mas ela não é um novo sindicato. Aceita a participação de todos os lutadores que queiram somar forças, indistintamente de filiação à este ou aquele sindicato ou à esta ou aquela Central Sindical.

Sobre as metas de trabalho

Estabelecemos como metas de trabalho os seguintes pontos:

1. Iniciar imediatamente uma campanha de solidariedade aos trabalhadores da VW mexicana e prosseguir com as ações de solidariedade aos trabalhadores da África do Sul.

2. Manter a diretriz de responder imediatamente às necessidades de apoio e solidariedade aos que estão em luta.

3. Realizar campanha internacional de apoio ao povo colombiano e contra a intervenção militar norte-americana.

4. Realizar campanha de solidariedade ao povo equatoriano.

5. Apoio à luta contra o pagamento das dívidas externas.

6. Participar e impulsionar as campanhas pela libertação dos presos políticos do MST.

ELEIÇÕES

PSTU denuncia maracutaias no RN

Valdemar Soares,
de Natal (RN)

Aqui no Rio Grande do Norte, o PSTU tem feito em sua campanha eleitoral uma série de denúncias das câmaras municipais e dos governos municipais. Mas infelizmente, diante das denúncias, o PT e o PCdoB estão saindo em defesa das câmaras municipais de vereadores e seus governantes. Durante os quatro anos de mandato, os vereadores que sustentam os diversos prefeitos têm votado projetos que retiram direitos dos trabalhadores e beneficiam empresários.

O que o PSTU vem mostrando no seu guia eleitoral nada mais é do que a realidade sofrida da população pobre. E denunciando as mazelas do capitalismo e seus representantes. A maioria do PT e o PCdoB, ao invés de fazerem o mesmo, atuam como avalistas e mais radicais defensores do que eles chamam de "casas democráticas". São tão democráticas que os parlamentares destes partidos dificilmente aprovam seus projetos.

Candidata pode ser processada

O jornal Diário de Natal, na edição de 25 de agosto de 2000, traz como manchete principal da primeira página a possibilidade de a candidata a vereadora pelo PSTU, Sônia Godeiro, ser processada por calúnia e difamação. Somente porque Sônia denunciou no guia eleitoral as maracutaias que são realizadas na Câmara para aprovar as ações contra os trabalhadores feitas pela prefeita Vilma de Faria, candidata do PSB à reeleição. O PSTU denunciou também os altos salários recebidos pelos vereadores.

O mais interessante nesta história é que o principal defensor dos altos salários dos parlamentares é o vereador do PCdoB Juliano Siqueira.

Partido fará festa em 7 de setembro

O PSTU em Natal está fazendo uma campanha ampla de denúncia do capitalismo, da dívida externa, do governo FHC e da prefeita Vilma. Isto incomoda os poderosos.

No dia 7 de setembro será realizada uma festa do partido, que já está sendo batizada de "Festa da Independência dos Trabalhadores". O evento será na nossa sede.

EUA bancam operação política e militar para derrotar guerrilha

Plano é intervenção na América Latina

Ge Souza,
da redação.

Concebido pelo governo colombiano, com apoio direto dos Estados Unidos, o Plano Colômbia é uma mega operação política e militar no valor de US$ 7,5 bilhões. Oficialmente, o Plano visa "combater o narcotráfico e promover o desenvolvimento social da Colômbia". Mas ninguém acredita nisso. Tanto os apoiadores como os opositores falam, abertamente em Bogotá, que o Plano Colômbia significa essencialmente helicópteros militares americanos, treinamento das Forças Armadas para enfrentar a guerrilha e a política dos Estados Unidos de destruir as plantações de coca e de papoula com herbicidas transgênicos que ninguém sabe ao certo, quais serão as conseqüências de seu uso para o meio ambiente.

No dia 30, Clinton fez uma visita de 9 horas a Colômbia e entregou um cheque de US$ 1,3 bilhões ao governo colombiano, como parte da ajuda americana ao Plano Colômbia, além dos 1.500 consultores que mantém naquele país. A secretaria de Estado norte-americana, Madeleine Albright, visitou 5 países da América Latina para conseguir apoio ao Plano. Hoje, a Colômbia é o segundo país do mundo com maior investimento econômico dos Estados Unidos. O primeiro é Israel.

Plano Colômbia preocupa governos latino-americanos

O presidente da Colômbia Andrés Pastrana, mesmo com toda ajuda econômica, militar e política americana, se encontra num beco sem saída. Seus problemas internos são gigantescos e têm pouco a ver com o tráfico de drogas. Chegando na metade de seu mandato, Pastrana tem índices de popularidade baixíssimos. Em recente pesquisa, menos de 30% da população acredita que ele possa fazer uma boa administração. Quando perguntados sobre quem tem poder na Colômbia, 46% dos entrevistados citaram o líder guerrilheiro da Farc Manuel Marulanda, o *Tiro Certo*, e quase um terço disse que eram os Estados Unidos. Pastrana ficou bem abaixo, com 10% das citações. A crise econômica é gigantesca: variação do PIB em menos 4,3% e um índice de desemprego de 20,4%! A cada 20 minutos morre uma pessoa assassinada e 7 são seqüestradas, em média, por dia. Pastrana não tem apoio do Congresso e muitos políticos já fazem campanha pela sua substituição.

O pior, é que nesta situação, o apoio político e financeiro dos Estados Unidos, surge como uma "saída" de curto prazo, já que, segundo pesquisas, a maioria da população vê como positiva a ajuda americana.

Mesmo que em essência, a posição final de todos os governos da região, seja o apoio às ações americanas na Colômbia, como já fizeram o Peru e o Equador (que se beneficiam economicamente com o Plano) e também o Panamá, muitos problemas surgirão, principalmente para os países vizinhos, com a intensificação dos conflitos na Colômbia.

O primeiro é a fuga dos narcotraficantes, que poderiam instalar laboratórios de cocaína na selva amazônica.

O segundo seriam os danos ambientais causados pela propagação de um fungo transgênico usado para destruir as folhas de coca, que se propagaria pelos países vizinhos através dos rios.

O terceiro problema, é que os guerrilheiros poderiam atravessar as fronteiras dos países vizinhos, usando a selva amazônica como esconderijo.

Seja qual for o motivo, o Plano Colômbia trará necessariamente um envolvimento dos países da América Latina, em particular os que fazem fronteira com a Colômbia. Hugo Chavez, presidente da Venezuela, teme uma "vietnização" da região e todos os países se preocupam que com a "intensificação da guerra na Colômbia", milhões de pessoas migrem para os países vizinhos fugindo da violência. Segundo Raul Reys, negociador das Farc, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* "*se eles (o governo) colocarem o Plano Colômbia em prática terão o pior conflito armado que este país já viu. E nós estamos prontos para ele*".

Vladimir Souza

Guerrilheiros das Farc

Colômbia em números

População	41 milhões
Forma de governo	presidencialista
Desemprego	20,4%
Renda "per capita	US$ 2.070
Forças Armadas	150 mil efetivos
Guerrilha	20 mil soldados
Paramilitares	6 mil membros
Estados Unidos	1.500 "conselheiros"

EUA "declaram guerra" à soberania

O Plano Colômbia é de fato a forma sob a qual o imperialismo quer ampliar o seu domínio na região, por interesses políticos, militares e financeiros.

Os interesses políticos são controlar uma região da América Latina onde existe a maior instabilidade política de todo o continente sul americano. O que os americanos temem são que se alastrem as insurreições populares como a do Equador e da Bolívia. As mobilizações de massa como as do Peru contra Fujimori. O crescimento da guerrilha na Colômbia, que hoje já controla 40% do território, tem um exército de 20 mil homens e mulheres (a Farc e o ELN juntos), bem armados e dispostos a lutar. Para se ter idéia das reais intenções americanas, o Plano Colômbia vai começar pela área controlada pela Farc – a fronteira com o Equador, sendo que a região do país onde mais cresce o plantio de coca é a controlada pelos paramilitares.

Os interesses militares são os de ampliar suas bases na região, com a desculpa do combate ao narcotráfico, sendo que isso já começa a ser feito. Só na base de Manta, no Equador, os Estados Unidos mantêm 500 militares.

Os interesses econômicos são dois: o controle de um dos mais lucrativos negócios do mundo – o narcotráfico e o controle da Amazônia, fonte de inúmeras riquezas.

O Plano Colômbia pode ser uma cortina de fumaça para encobrir os interesses colonizadores do imperialismo na América Latina, mesmo que para isso tenham que promover uma guerra na região. (G.S.)

Campanha avança em BH

Carreata do PSTU em Belo Horizonte

Cacau,
de Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, o **PSTU** lançou candidaturas próprias a prefeito e vice. O metalúrgico Toninho Feliciano e a professora Cleonice Oliveira representam o partido na disputa, o que despertou a simpatia de boa parte dos ativistas de esquerda, pois o PT e o PCdoB abdicaram de lançar candidatos próprios e apoiam a reeleição de Célio de Castro do PSB.

Também as candidaturas a vereador têm cumprido um importante papel aglutinador dos simpatizantes e amigos do partido.

Um bom exemplo é a candidatura do professor Pedro Afonso, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino na Rede Municipal de Belo Horizonte. O manifesto de apoio à candidatura de Pedro já foi assinado por mais de 200 trabalhadores, entre eles, vários diretores do Sindicato, filiados ao PT, e ativistas da categoria, insatisfeitos com a postura desse partido na administração do município. Pedro vem realizando visitas e reuniões nas escolas municipais.

A campanha do dirigente da **Juventude do PSTU**, Emael, ganhou um enorme impulso com a festa da candidatura ocorrida no último dia 25 de agosto. Cerca de 200 jovens, na sua maioria estudantes secundaristas de importantes escolas da cidade, lotaram a sede do partido. A animada festa contou com várias bandas de punk-rock, rap, trash e MPB, além de performances teatrais e skatistas, que se apresentaram gratuitamente.

Outra atividade que jogou para cima a campanha do **PSTU** na cidade foi a carreata organizada pelos apoiadores da candidatura de Maurício Gomes, no Bairro Boa Vista, zona leste da cidade, no dia 19 de agosto. A carreata contou com a participação de 20 veículos e, após o desfile pelas ruas da zona leste, reuniu cerca de 70 apoiadores e familiares do candidato numa festa animada.

Despertando polêmica, a candidatura de Soraya Menezes se estrutura sob a coordenação de um comitê composto por 35 apoiadores. O comitê se reúne semanalmente na sede do partido em BH e é majoritariamente formado por ativistas do movimento GLS – gays, lésbicas e simpatizantes – e trabalhadores dos hospitais da capital mineira. Soraya é a presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde e também coordena a Associação de Lésbicas de Minas Gerais.

As demais candidaturas do **PSTU** também vêm tendo iniciativas de incorporação dos apoiadores, demonstrando o potencial de organização que a campanha eleitoral possibilita ao partido, atraindo simpatizantes, filiando e organizando os novos militantes.

Comitê em Contagem

A candidatura a vereador do metalúrgico Israel Pinheiro, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, deu um importante passo na sua organização, com a inauguração do comitê eleitoral no Bairro Eldorado. Em Contagem, o PSTU está coligado com o PT, que lançou o deputado e professor Durval Ângelo a prefeito, contra as candidaturas do PSDB e PMDB.

A inauguração do comitê foi marcada pela presença de dezenas de operários metalúrgicos, petroleiros e eletricitários, entre outros apoiadores. Após a campanha, o comitê passará a abrigar a sede do PSTU na cidade, afirmando-se com referência para todos os lutadores do município. Já agora, durante a campanha eleitoral, o comitê tem servido como ponto de encontro para os metalúrgicos, que estão em campanha salarial. (C.)

Entre nessa campanha com o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5573.3515 / 5575.6093 - pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis

Aracaju (SE): R. Acre, 2309 - Siqueira Campos

Bauru (SP): R. Treze de Maio, 7/40 - F. (14) 223.2219

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG): bh@pstu.org.br
- Floresta - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663
- Barreiro - Av. Afonso Vaz de Melo, 249

Brasília (DF): CONIC - Setor Diversões Sul - Ed. Acropol - S. 402 - 2° andar - F. (61) 225.7373 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

João Pessoa (AL): Rua Duque de Caxias, 186 - joaopessoa@pstu.org.br

Macapá (AP): Av. Antônio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - F. (96) 9963.1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 - F. (84) 201.1558.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/304 - Ed. Andalécio

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Santa Maria (RS): F. (55) 9982.3270 - santamaria@pstu.org.br

Santo André (SP): santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): R. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br
- Centro: R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - Paraíso - F. (11) 5572.5416
- Zona Sul: R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro
- Zona Leste: F. (11) 6944.3128

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 127 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

Nosso e-mail: pstu@pstu.org.br

Nossa página na internet: www.pstu.org.br